



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL INTEGRADO

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO



Conselhos de Políticas Públicas: Instrumentos de Controle Social e Participação Democrática



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

A Construção Democrática no Brasil



Cenário Político... Um Filme!

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Em 1984, em estado ditatorial, milhões de brasileiros mobilizaram-se nas ruas, em torno do **movimento Diretas Já!**

Após **21 anos de ditadura militar**, foi indicado civil para presidente, com **eleições indiretas (Colégio Eleitoral)**. Ano: 1985.

Mesmo com a eleição e morte de Tancredo Neves, o Estado Democrático de Direito foi mantido, com a posse de José Sarney e com a **instalação da Assembleia Nacional Constituinte**.



O Filme Continua!

Constituição de 88, com 29 anos de promulgação, foi um marco para a democratização das ações públicas.

O país saía de anos de autoritarismo, onde o aparelho estatal estava **engessado, ineficiente** e extremamente **burocrático**.

Nova era no Brasil, com participação popular ativa e combatente.

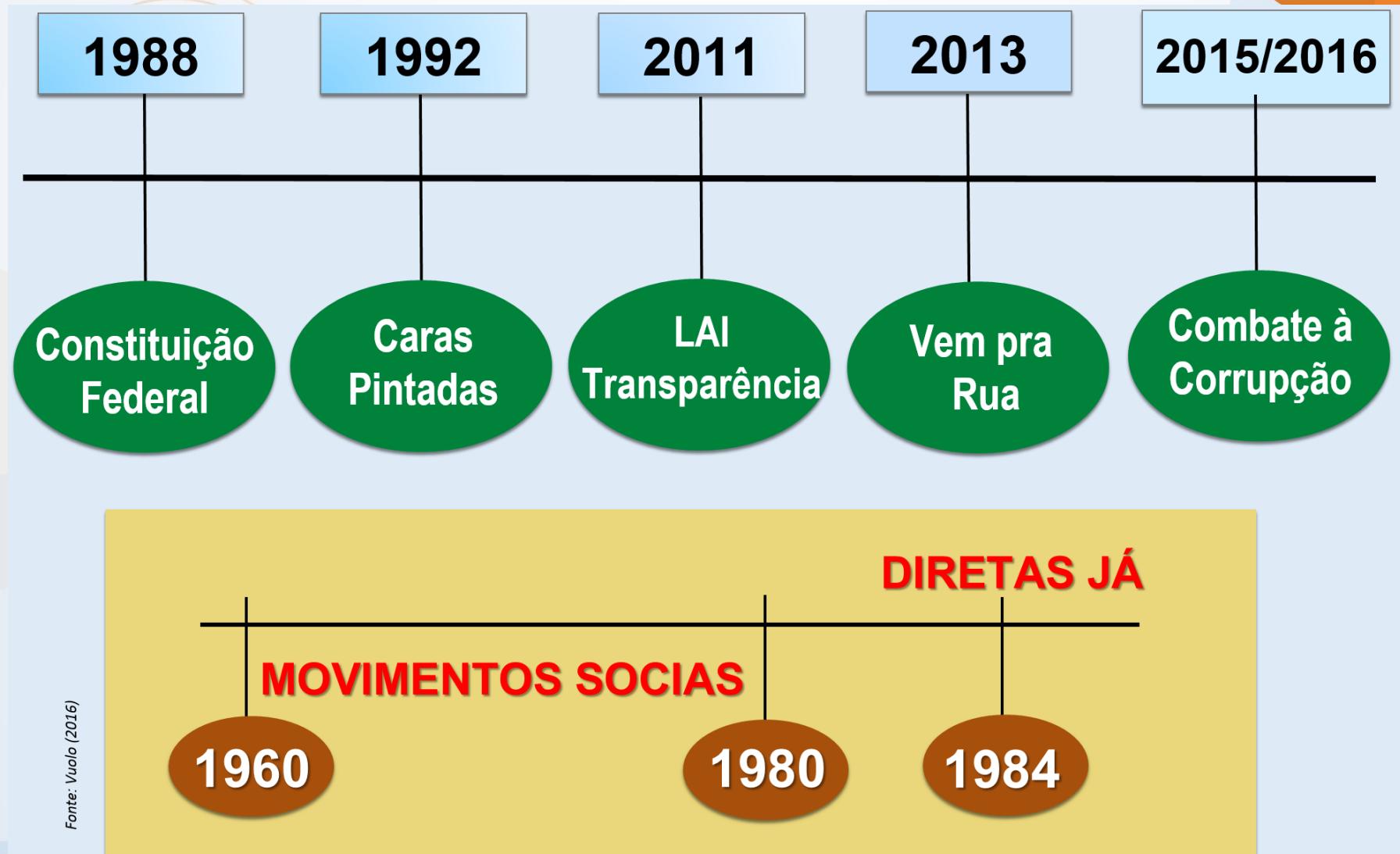
Há no país um **novo cenário** legal, político e social.



Cenário Legal

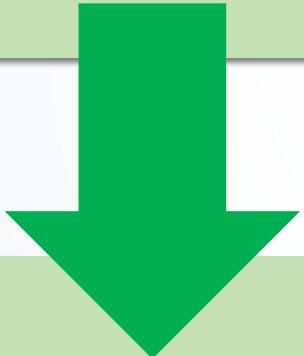
CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - CF 1988	EMENDA CONSTITUCIONAL 19/1998	LRF LEI 101/2000	LEI 131/2009	LEI 12.527/2011
Fortalece a cidadania. (direito e deveres)	Administração Burocrática. (Foco em processos)	Participação da sociedade na elaboração do orçamento e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. (transparência e clareza das informações Art. 48,I)	Determina a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos	Lei de Acesso a Informação: obriga todos os órgãos públicos a oferecer informações sobre suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados
Criação de instrumentos de controle social. (Conselhos Públicos)	Administração Gerencial (Foco em resultados)	Gestão fiscal responsável, responsabilização do gestor e participação da sociedade nas aplicações dos recursos públicos	Todos os gestores têm a obrigação de divulgar as despesas e receitas da administração em páginas oficiais	Os gestores precisam disponibilizar no site todas as informações referentes a administração. A informação é a regra e o sigilo é exceção
				
CIDADANIA (Participação Popular + Conselhos Públicos)	EFETIVIDADE (Resultado/ Eficácia, Programas e Projetos de Gestão)	RESPONSABILIZAÇÃO (Participação Popular na Elaboração e Discussão dos Planos)	TRANSPARÊNCIA (Órgãos Públicos)	TRANSPARÊNCIA (Ativa e Passiva de todos os Órgãos Públicos)

Cenário Social



Cenário Social

Temos o **cenário político e legal**.
Agora, as nossas ações precisam
apresentar o **novo cenário social**.



Cidadão, individual ou coletivamente,
participando e exercendo seu papel de
acompanhar e avaliar a gestão pública.



Participação Popular

- Representam um grupo específico
- A mobilização vista como aglutinação de pessoas para fins de **protestos e manifestações públicas**
- Busca ter voz

CONSEQUÊNCIA

A **mobilização** era o único elemento motivador da sociedade e as energias eram canalizadas para o grupo.

Participação Cidadã

- A participação passa a ser concebida como **intervenção social periódica e planejada**
- Toda ênfase passa a ser dada nas políticas públicas.
- Está lastreada na **universalização dos direitos sociais**

CONSEQUÊNCIA

Empoderamento de grupos e indivíduos via a capacitação política e organizacional.

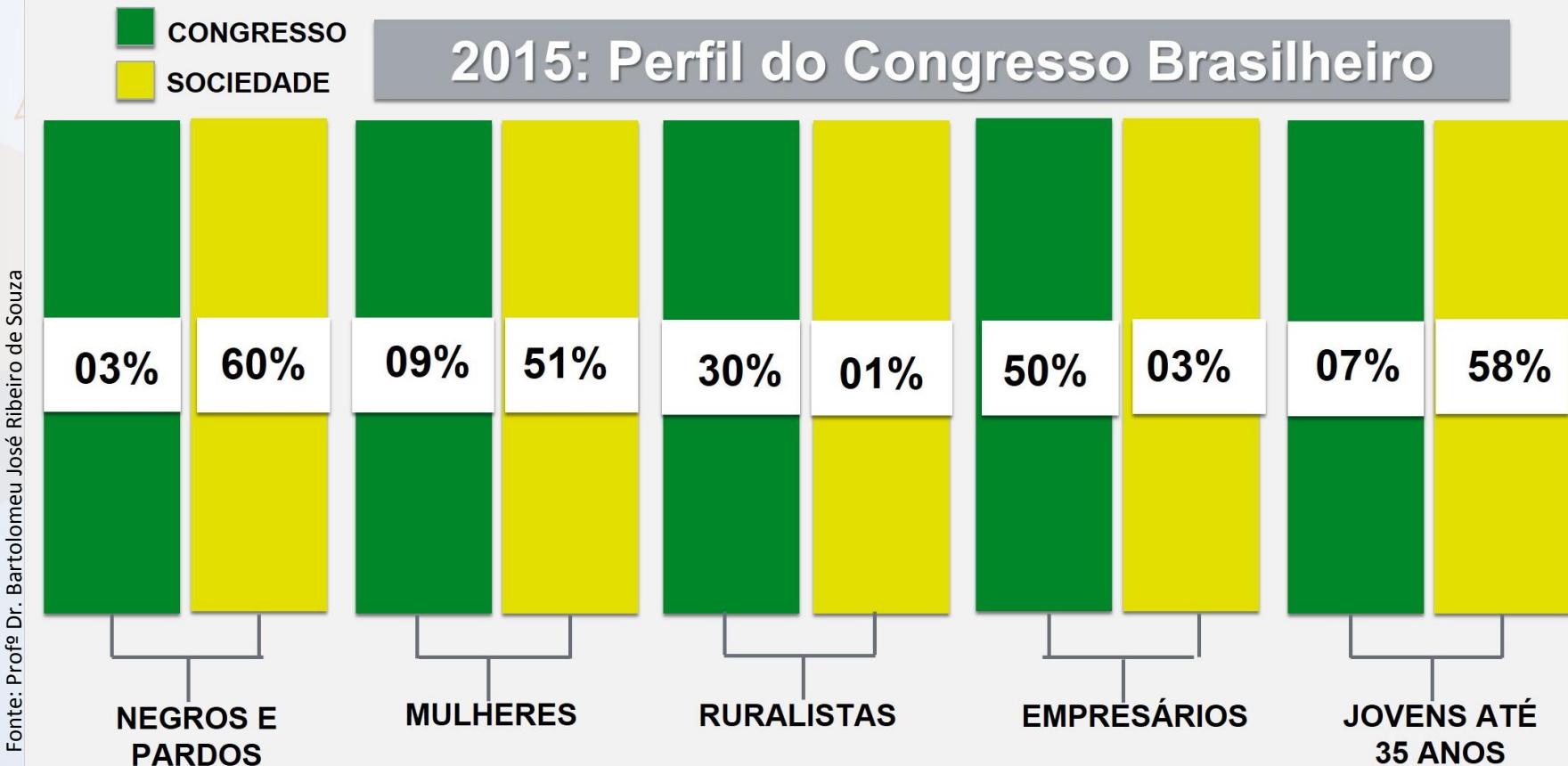
O que as manifestações das ruas queriam?



- ✓ Ser **respeitado**
- ✓ Ser **bem tratados** e ter **serviços públicos de qualidade**
- ✓ Ter **instituições** públicas que **funcionem**
- ✓ **Combater** à corrupção
- ✓ Participar dos **processos decisórios**



Composição do Congresso Nacional (2015-2018)



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

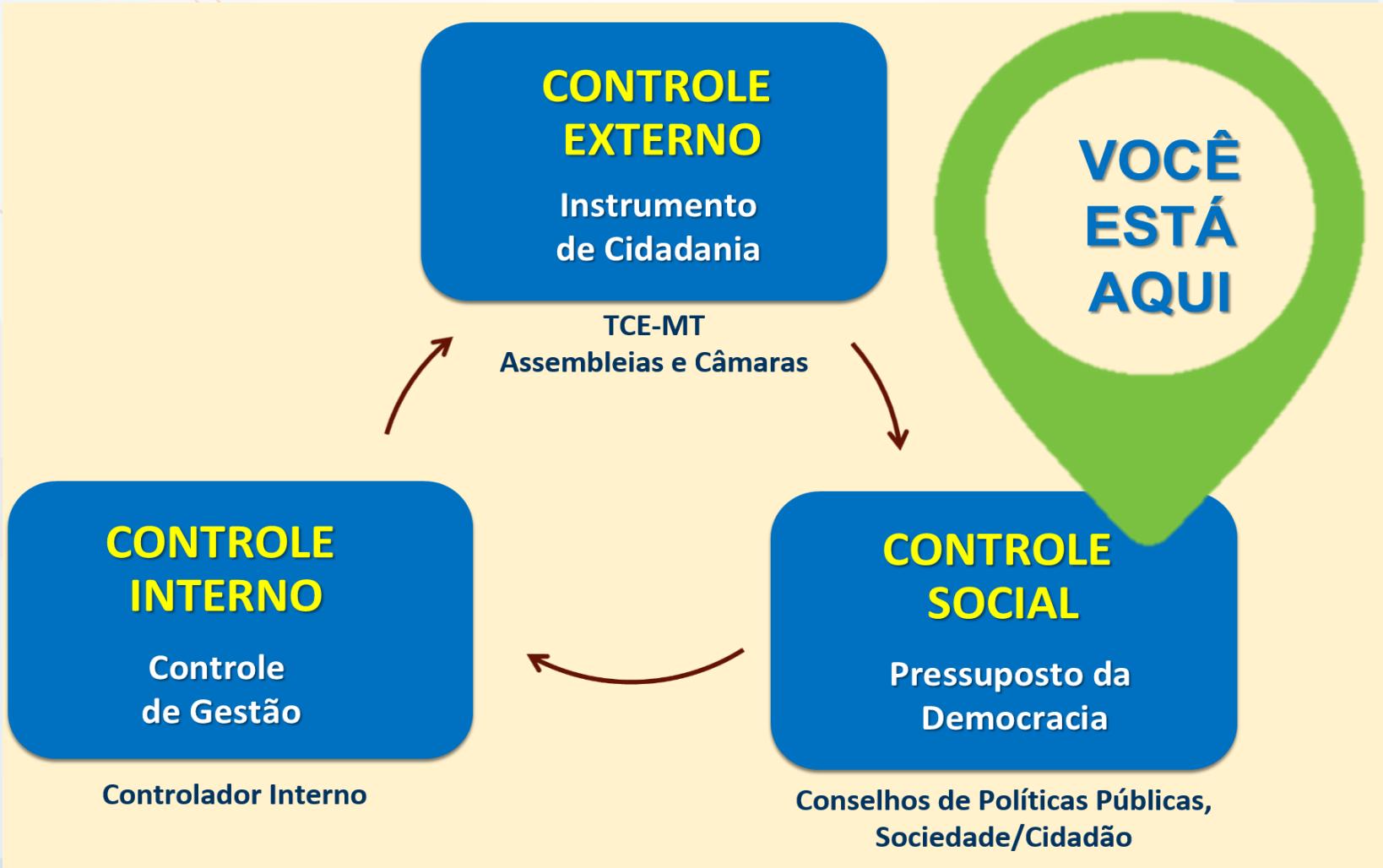
Controle Social: Fortalecimento da Cidadania



**Não existe
Democracia
sem controle**



Controle dos Recursos Públicos



Controle Institucional: quem controla quem

EXECUTIVO		LEGISLATIVO		JUDICIÁRIO
Controle sobre atos da própria administração		Controle sobre atos e agentes do Executivo		Controle sobre atos legais de qualquer dos Poderes
Controles Internos da Administração		Controles Externos da Administração		Controle Jurisdicional
Controle Interno Administrativo	Controle Interno Gerencial	Controle Político	Controle Técnico	
Controle sobre os atos da entidade pela própria entidade	Controle sobre os atos da entidade por outra entidade	Controle sobre decisões políticas do Poder Executivo	Controle sobre atos de gestão dos recursos públicos	Habeas Corpus Habeas Data Mandado de Injunção Mandado de Segurança Ação Popular Outros
Função administrativas clássicas	Controladorias, Auditorias-Gerais, Sistemas de Controles Internos	Legislativo	Tribunais de Contas, Comissões Orçamentárias e de Fiscalização	Tribunais e Juízes

Controle Social



“É o controle público não estatal, que atua de fora para dentro do estado, como exercício do direito de fiscalização da atividade pública, complementar ao estatal, (...) que converge para a ampliação da participação popular no exercício do controle.” (Jair Lima Santos)



Controle Social

Pode ser compreendido:

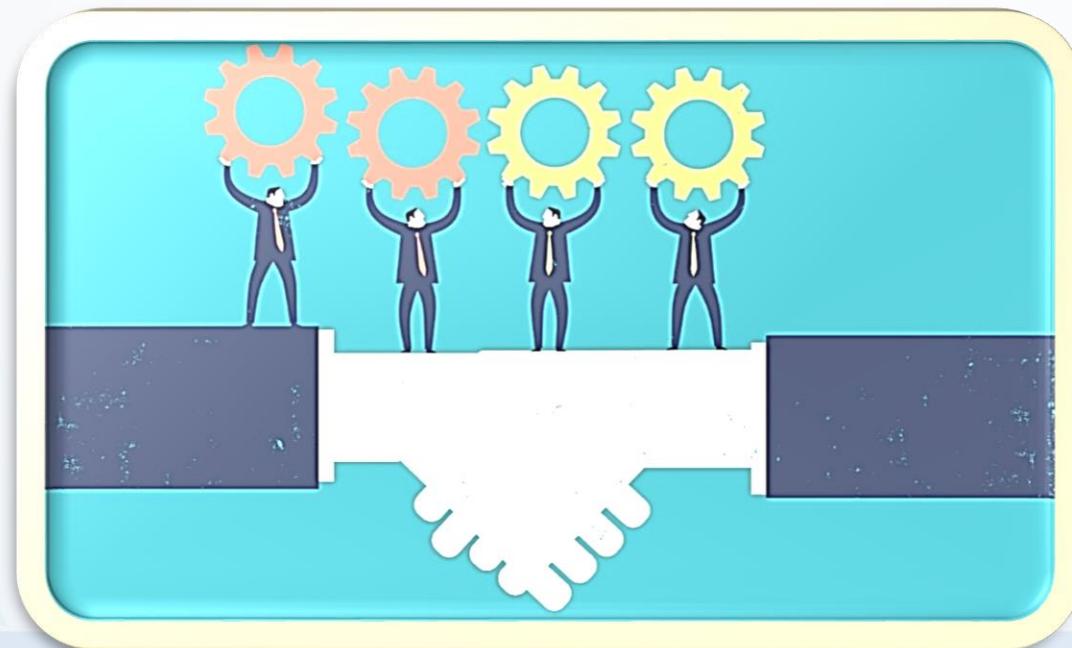
Como uma ação
reguladora, resultante
da participação
popular nas instâncias
estatais e/ou ações
governamentais.



Controle Social

Visa assegurar que:

As políticas públicas sejam planejadas de modo que responda às necessidades sociais e seus **programas sejam **cumpridos** conforme o que foi pactuado.**



Controle Social



**É transversal a toda
política, e não pode
ser confundido
somente com controle
de orçamento.**

O objeto do controle social é abrangente, pois pode ser exercido na elaboração do planejamento, na fiscalização da execução orçamentária dos recursos públicos, na prestação de contas dos gestores e na avaliação dos resultados das ações do governo.



Dimensões do Controle Social

Dimensão Política

Relacionada à mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental, indicar prioridades, acompanhar a execução dos serviços e das políticas públicas e participar dos processos de avaliação.

Dimensão Técnica

Diz respeito ao trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão de recursos e apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau de efetividade desse trabalho na vida dos destinatários.

Dimensão Ética

Trata da construção de novos valores e de novas referências, fundados nos ideais de solidariedade, soberania e justiça social.

Fonte: Guia de Estudos de Capacitação de Conselheiros de Assistência Social (BRASIL, 2009)

O Cidadão e o Controle Social

Não adianta os controles institucionais (externo e interno) agirem, se não conseguem fazer com que esse **tema seja inserido na agenda do cidadão**.

O **cidadão** precisa se sentir **parte do controle social**.



Grau de participação do público no processo decisório

Poder decisório da organização



INFORMAÇÃO	PERSUASÃO	CONSULTA	PARCERIA	CONTROLE
A decisão é tomada e o público é comunicado a respeito	A decisão é tomada e há uma tentativa de convencimento do público	O problema é apresentado, as opiniões são coletadas e a decisão é tomada	Os limites são previamente definidos; as informações são partilhadas e a decisão é conjunta	A decisão é tomada pelo público, que assume a responsabilidade pública

Fonte: Eldsvik, 1978 apud Sanchez, 2008, p. 411.



Participação do público nas decisões

Quais ações de Controle Social você realiza?

Participa

das Audiências Públicas?

Vai

as reuniões que discute o Orçamento Participativo?

Frequenta

a Câmara Municipal para discutir assuntos de interesse da população?

Acompanha

as prestações de contas da Prefeitura?

Recorre

as ouvidorias para reclamar de má qualidade ou denunciar irregularidades nos serviços públicos?

Quando os indivíduos se recusam a participar das decisões sociais:

ACEITANDO

que os problemas da sociedade
sejam pensados e resolvidos
por outras pessoas

DESCONHECENDO

a destinação dos recursos
orçamentários

DEIXANDO

de participar dos debates sobre
a definição e o planejamento
das políticas públicas

ENFRAQUECENDO

a democracia com a ausência
de legitimação das ações e
decisões públicas

CULTURA DO CONTROLE SOCIAL

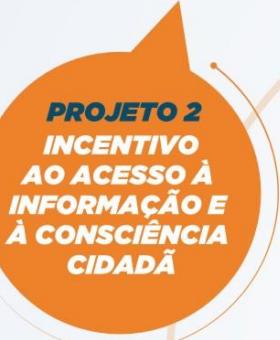


**Cultura
Reclamatória**



**Cultura
Participativa**





Conselhos: Instrumentos de Controle Social





Na constituição de 88 os conselhos de políticas públicas ganharam forma. Mas, foi a partir da formatação de leis específicas, ainda nos primeiros anos da década de 90, e que começaram a se efetivar.

A simples existência da estrutura dos conselhos de políticas públicas **não garante** a sua **efetividade**.

Enquanto espaço de articulação da sociedade com os agentes estatais, os conselhos de políticas públicas estão centrados em **dois pilares**:

1 – DEMOCRATIZAÇÃO

(ampliação da participação social)

2 – DESCENTRALIZAÇÃO

(das políticas sociais e
fortalecimento do poder local)



1 – O reconhecimento do povo como **AGENTE TRANSFORMADOR**

2 – **CULTURA CRÍTICA**, com base no repúdio a todas as formas de opressão





A identidade também pode ser compreendida a partir de duas variáveis:

- DESENHO INSTITUCIONAL**
- TRAJETÓRIA POLÍTICA**



Questões relevantes relacionadas ao desenho institucional

Discussão de políticas e programas quanto ao aspecto de sua elaboração. Ter um **papel mais propositivo**.

Buscar **fortalecer mecanismos de transparência**.

Constitua um **projeto político global e estratégico** que seja referencial **para as deliberações de políticas setoriais**, sem o que, torna-se impossível impedir a fragmentação destas políticas posta em vigor pelo governo.

Sobre a Trajetória Política

Os conselhos passam por **fases ou momentos distintos** no decorrer de sua trajetória e **que se transformam ao longo do tempo**, processo esse que tem implicações na **construção de sua identidade política**.



Impactos na Trajetória Política

Desarticulação das ações dos movimentos sociais, dos fóruns e das redes na mobilização social

Pouca atuação dos representantes da sociedade civil nos Conselhos, tornando os conselheiros representantes de si mesmos

Vínculo estreito entre as lideranças dos movimentos sociais com os partidos políticos e gabinetes parlamentares



Os conselhos são
espaços públicos de
composição plural e
paritária entre estado e
sociedade, de natureza
PROPOSITIVA,
MOBILIZADORA,
DELIBERATIVA,
FISCALIZADORA e
CONSULTIVA,
cuja função é formular
execução das
políticas públicas.



Natureza Propositiva dos Conselhos

Visão Global e Sistêmica da Gestão





PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Conselhos no Ciclo das Políticas Públicas

Mobilização Permanente dos Segmentos Sociais

Fonte: Vuolo/2016 (adaptação do Livro Gestão Educacional)



Leis Orçamentárias

PPA

Plano Plurianual

LDO

Lei de Diretrizes
Orçamentária

LOA

Lei Orçamentária
Anual

O PPA faz um **planejamento** da **políticas públicas** e **programas de governo** para o período de 4 anos.

Apresenta as **dimensões estratégicas**, os **objetivos**, estipula as **metas** e delineia as iniciativas. **Associando os programas orçamentários aos objetivos**.

A LDO **orienta** ano a ano **como esses programas e objetivos devem ser realizados**.

Destaca **metas e prioridades** para a Administração Pública.

A LOA **aloca os recursos públicos** necessários anualmente **para a concretização das metas estabelecidas**.

Define as ações que estão vinculadas as iniciativas **que serão detalhados no orçamento**

Monitoramento Participativo

Sociedade participando das decisões da gestão pública



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Oficina: Identificação das demandas da sociedade em relação às políticas públicas





**E como
será a
oficina?**



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Metodologia

A OFICINA SERÁ REALIZADA

Em grupo para conhecimento e priorização das demandas indicadas pela sociedade que serão inseridas no Planejamento Estratégico e nas peças orçamentárias



Oficina: Composição dos Grupos

1. PROTEÇÃO DO GÊNERO HUMANO:

Defesa de Direitos, Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso, Mulher, Tutelar, Pessoa com Deficiência, Juventude e Bolsa Família

2. EDUCAÇÃO:

Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB, Esporte, Cultura e Transporte Escolar

Oficina: Composição dos Grupos

3. SAÚDE:

Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Antidrogas e Segurança Pública

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Turismo, Economia Solidária, Trabalho, Emprego, Indústria, Comércio, Habitação e Transporte

5. PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE:

Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

Oficina: Orientações

Os grupos devem eleger:

1 Coordenador,
1 Orador e
1 Secretário (Todos Conselheiros)



Trabalho nos grupos: (1h30min)

- ✓ **LEVANTAR** as demandas da sociedade nas suas respectivas áreas, **(60min)**
- ✓ **DOCUMENTAR** 5 demandas por ordem de prioridade **(15min)**
- ✓ **FORMALIZAR** o documento final do grupo e entregar para digitação **(15min)**



Oficina: Orientações

➤ **Sistematizar as demandas (15min)**

Digitação dos resultados dos grupos e aplicação da avaliação reativa

➤ **Trabalho em plenária (15min, sendo 3min para cada grupo)**

Apresentação pelo orador dos grupos, que deve ser um conselheiro

- Deve ser feita apenas a leitura das demandas

- Não haverá discussão e nem explanação dos motivos



Atenção senhores conselheiros



As **demandas** priorizadas **devem** **buscar** alcançar os **resultados** das políticas públicas (*as ações priorizadas devem indicar o que fazer*) e **não os meios** para atingí-las (*não dizer como fazer*).

Verbos para formular demandas

- ✓ Ampliar
- ✓ Aperfeiçoar
- ✓ Desenvolver
- ✓ Priorizar
- ✓ Implantar
- ✓ Elaborar
- ✓ Atualizar
- ✓ Rever

- ✓ Aumentar
- ✓ Elevar
- ✓ Reduzir
- ✓ Manter
- ✓ Garantir
- ✓ Adequar
- ✓ Erradicar

Características das demandas priorizadas nos grupos:



- **Construção coletiva**
- **Consenso** nas decisões
- Representar os **anseios** da sociedade
- Conteúdos **transversais**



Como pensar de forma transversal?

Reducir o número de pessoas acidentadas
(Saúde e SMTU)

Melhorar a qualidade da água
(Meio Ambiente e Saúde) (Educação e Turismo)

Diminuir o déficit habitacional
(Habitação e Assistência Social)

Aumentar a cobertura de crianças em creche
(Educação e Assistência Social)

Reducir a pobreza
(Assistência Social e Emprego)



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Informações do Município



Transparéncia no Município

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA – TANGARÁ DA SERRA		
	PREFEITURA	CÂMARA
Ouvidoria	Sim	Sim
Portal Transparéncia	Sim	Sim
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão	Sim	Sim

Fontes: Sites Prefeitura e Câmara de Tangará da Serra

Curso de Extensão via EaD

Tangará da Serra

ANO	NOME DO CURSO	NÚMERO DE INSCRITOS
2013	Curso de Extensão – 1ª Edição: Os Conselhos de Políticas Públicas na Efetivação do Controle Social em Mato Grosso	28 conselheiros
2014	Curso de Extensão – 2ª Edição: Os Conselhos de Políticas Públicas na Efetivação do Controle Social em Mato Grosso	Nenhum Inscrito
2016	Curso de Extensão – 3º Edição: Cidadania e Controle Social	7 conselheiros
2017	Curso de Extensão – 4º Edição: Cidadania e Controle Social	17 conselheiros

Fonte: SAI/TCE-MT/Maio 2017

Estímulo de envio das Audiências Públicas de Tangará da Serra

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ESPAÇO CIDADÃO DO TCE-MT

MUNICÍPIO	ANO	ASSUNTO
Tangará da Serra	2014 7 audiências	<ul style="list-style-type: none">➢ 29/09/14 - Audiencia Pública para Prestação de Contas e Apresentação dos Relatórios de Metas Fiscais e de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2014➢ 22/09/14 - Audiência Pública Lei Orçamentária Anual Exercício Financeiro 2015➢ 28/08/14 - Audiência Pública Lei Orçamentária Anual Exercício Financeiro 2015➢ 26/08/14 - Convite - Audiência Pública Lei Orçamentária Anual 2015➢ 20/08/14 - Audiência Pública Lei Orçamentária Anual Exercício Financeiro 2015➢ 30/05/14 - Audiencia Pública para Prestação de Contas e Apresentação dos Relatórios de Metas Fiscais e de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2014➢ 28/02/14 - Audiencia Pública para Prestação de Contas e Apresentação dos Relatórios de Metas Fiscais e de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2013
	2015 3 audiências	<ul style="list-style-type: none">➢ 30/09/15 - Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal e Avaliação das Metas Fiscais estabelecidas na LDO, relativos ao 2º Quadrimestre de 2015➢ 24/09/15 - Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro 2016 – LOA➢ 29/05/15 - Audiência Pública do Relatório de Gestão Fiscal e Relatório de Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2015
	2016 5 audiências	<ul style="list-style-type: none">➢ 30/09/16 - Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal e a Avaliação das Metas Fiscais estabelecidas na LDO, relativo ao 2º Quadrimestre 2016➢ 23/09/16 - Audiência Pública Lei Orçamentária Anual Exercício Financeiro 2017➢ 31/05/16 - Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal e a Avaliação das Metas Fiscais estabelecidas na LDO, relativo ao 1º Quadrimestre 2016➢ 20/05/16 - Convite Audiência Pública➢ 29/02/16 - Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal e a Avaliação das Metas Fiscais estabelecidas na LDO, relativos ao 3º Quadrimestre de 2015
	2017 2 audiências	<ul style="list-style-type: none">➢ 1/05/17 - Audiência Pública para Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2017➢ 4/02/17 - Audiência Pública para Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2016

Inserção da relação dos Conselhos no Portal Transparência

PORTAL TRANSPARÊNCIA DE TANGARÁ DA SERRA

Ano	Número de Conselhos
2017	20 (Cultura, Asistência Social, Cidade, Fundeb, Desenvolvimento Econômico, Direito da Pessoa Idosa, Defesa de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural Sustentável, Administração da Jari, Desenvolvimento Urbano, Turismo, Direito da Criança e do Adolescente, Segurança Pública, Bolsa Escola, Antidrogas, Administração do Funrebom, Educação, Fundef, Alimentação Escolar e Saúde)

Inserções de Dados dos Conselhos de Tangará da Serra

ANO	SISTEMA APLIC	BANCO DE DADOS DA SAI
2015	<p>8 Conselhos (Assistência Social, Educação, Fundeb, Meio Ambiente, Merenda Escolar, Saúde, Trabalho e Emprego, Transito e Transporte)</p>	<p>17 Conselhos (Comunitário de Segurança Pública, Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDDPI), AntiDrogas (COMAD), Cidade, Políticas Públicas, Cultura, Defesa do Meio Ambiente (Comdema), Desenvolvimento Econômico – CONDEC, Desenvolvimento Urbano – Comdeurb, Educação, Política Cultural, Saneamento Básico – Comsab, Transporte Escolar, Direitos da Mulher, Direitos da Criança e do Adolescente, Fundeb, Saúde)</p>
2016	<p>3 Conselhos (Cidade, Cultura, Direitos da Criança e do Adolescente)</p>	<p>17 Conselhos Segurança Pública, Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDDPI), AntiDrogas (COMAD), Cidade, Alimentação Escolar – CAE, Cultura, Defesa do Meio Ambiente (Comdema), Desenvolvimento Econômico – CONDEC, Desenvolvimento Urbano – Comdeurb, Educação, Política Cultural, Saneamento Básico – COMSAB, Transporte Escolar, Direitos da Mulher, Direitos da Criança e do Adolescente, Fundeb, Saúde</p>
2017	Nenhum	<p>17 Conselhos (Alimentação Escolar, Educação, Fundeb, Saúde, Cidade, Desenvolvimento Econômico, Direitos da Pessoa Idosa, Defesa do Meio Ambiente, Comunitário de Segurança Pública, AntiDrogas, Defesa do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Econômico, Saneamento Básico, Transporte Escolar, Direitos da Mulher, Direitos da Criança e do Adolescente)</p>

Consolidando informações sobre os Conselhos de Tangará da Serra

	NÚMERO CONSELHOS		
	2015	2016	2017
Portal Transparência de Tangará da Serra	Nenhum	Nenhum	20
Informados no Sistema Aplic	8	3	-
Banco de Dados da SAI	17	17	17

Fonte: SAI/TCE-MT / Maio 2017

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Reflexão Final



Todos ganham com:

- Exercício do Controle Social
- Consolidação da **democracia** e fortalecimento da **cidadania**
- Ampliação dos **espaços democráticos** e de **transparência**
- Partilha de **poder** e de **responsabilidade**
- Elevação da **eficiência** dos **gastos** públicos
- Melhoria da **qualidade** dos **serviços** prestados ao cidadão



**“Onde não há conselhos
fracassam os projetos, mas
com os muitos conselheiros
há bom êxito”**

(Provérbios 15 – 22)



Mais informações sobre as ações
do TCE-MT voltadas para o cidadão,
entre em contato conosco:

SAI Secretaria de Articulação
Institucional e Desenvolvimento
da Cidadania do TCE-MT

sai@tce.mt.gov.br
Telefones: (65) 3613 2911 / 3613 2926



**Tribunal de Contas
Mato Grosso**

TRIBUNAL DO CIDADÃO